

6.02.02 - Administração / Administração Pública.

## **A SEGREGAÇÃO RACIAL E ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: O IMPACTO DA SEGREGAÇÃO EDUCACIONAL NO HIATO DE RENDA ENTRE DIFERENTES GRUPOS RACIAIS**

Eliana L. Morandi<sup>1</sup>, Gustavo A. A. L. Fernandes<sup>2</sup>

1. Estudante de Graduação em Administração Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV)
2. Professor e Pesquisador da EAESP-FGV / Orientador.

### **Resumo:**

A desigualdade racial é ainda uma chaga deixada pela escravidão no Brasil. No contexto contemporâneo de desenvolvimento dos centros urbanos, o território desempenha papel importante na criação de redes e no acesso a oportunidades. Além disso, a educação parece ter importância fundamental, em termos de políticas públicas, para a superação da desigualdade racial. Assim, esta pesquisa busca investigar, a partir de uma análise georreferenciada, a existência de segregação racial escolar e domiciliar no município de São Paulo e analisar seu impacto sobre a renda, de modo a verificar o papel da educação, seja reforçando ou atenuando as desigualdades pré-existentes. O hiato de renda mostrou estar relacionado a um fator anterior ao mercado de trabalho: a segregação escolar. E esta, por sua vez, está notadamente relacionada com a segregação da rede privada. Assim, a desigualdade parece ser, em boa medida, causada não pela rede pública, mas pela desproporcional composição racial da rede privada.

**Palavras-chave:** Segregação escolar; Hiato de renda; Desigualdade racial.

**Apoio financeiro:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

### **Introdução:**

Glenn Loury (2002) diferencia a discriminação em contrato (*discrimination in contract*) – que se manifesta na esfera das relações formais, contratuais –, da discriminação em contato (*discrimination in contact*), na esfera informal, dos hábitos ou da cultura. Em se tratando do contexto brasileiro, pode-se dizer que desde 1888, com a abolição da escravidão, não mais é permitida a discriminação formal – até hoje legalmente interdita. Entretanto, a conquista da igualdade jurídica não significou inclusão social, política ou econômico-produtiva de fato, o que, portanto, poderia ser explicado pelo segundo tipo de discriminação supracitado.

Uma das dimensões da desigualdade entre grupos raciais no Brasil é a escolaridade: em se tratando de educação, o desnível do grau de escolaridade entre brancos e não brancos fica evidente, demonstrando que aqueles usufruem de um período maior de formação (ANDRADE, 2015). Isso explica, em parte, a razão pela qual a elite é majoritariamente branca. O acesso à educação é decisivo para a posterior colocação profissional do indivíduo, para o nível de renda que poderá auferir e, principalmente, para o pleno desenvolvimento de suas capacidades (SEN, 2010). Mais que isso, desigualdades envolvendo fatores pré- e pós-mercado de trabalho funcionam de forma cíclica e retroalimentada em relação à segregação, por meio de mecanismos como vizinhança (território), preferências pessoais, auto-estima e expectativa de retorno futuro (ALTONJI; BLANK, 1999).

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é verificar a existência da segregação territorial racial no município de São Paulo e analisar seu impacto sobre a renda, tendo em vista a seguinte pergunta de pesquisa: Quão significativa é a cor e a segregação espacial para explicar o hiato de renda no Município de São Paulo, e quão importante é a interferência da educação – reforçando ou atenuando – nas desigualdades socioeconômicas pré-existentes? Assim, foram testadas, ao longo da pesquisa, as seguintes hipóteses iniciais: (i)

as escolas públicas do município de São Paulo possuem uma composição de cor heterogênea e representativa do total da população, ao passo que as escolas particulares são predominantemente compostas por uma população branca e amarela; (ii) as escolas particulares obtêm melhores resultados colocando seus alunos em vantagem nas etapas posteriores de estudo e trabalho; (iii) a população negra reside mais distante dos centros, dificultando seu acesso às oportunidades de trabalho.

### Metodologia:

As análises desta pesquisa foram resultado do tratamento de dados do Censo Demográfico - Resultados da Amostra (2000 e 2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), dos Censos Escolares de 2005 e 2014, e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011, realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e dados da Secretaria Estadual de Educação quanto à localização das escolas do estado de São Paulo.

A partir desses dados foi possível calcular o número de matrículas no Ensino Fundamental por grupo racial em cada instituição de ensino, bem como identificar se se tratavam de instituições públicas ou privadas. O georreferenciamento permitiu identificar a qual distrito e área de ponderação pertencia cada escola, agregando-as por unidade geográfica. A partir disso, foi calculada a segregação por meio do Índice de Dissimilaridade, como adotado por Telles (2002); Fernandes (2011); Fernandes, Santos e Malbouisson (2013):

$$\text{Índice de Dissimilaridade} = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^N \left| \frac{\text{grupoA}_i}{\text{grupoA}_{\text{total}}} - \frac{\text{grupoB}_i}{\text{grupoB}_{\text{total}}} \right|$$

Em que N é o total de distritos; grupoA<sub>i</sub> é a população do grupo A no distrito i; grupoA<sub>total</sub>, a população total de A no município; o mesmo se repete para o grupo B.

A partir do Censo Demográfico foram calculados a composição racial e o salário médio de cada área de ponderação, e realizou-se a investigação acerca da escolaridade no município. O Ideb, por seu turno, foi utilizado como *proxy* para qualidade da educação nas instituições públicas.

No tocante ao georreferenciamento, optou-se por utilizar o banco de dados do Governo do Estado de São Paulo, em que estavam disponíveis os endereços completos de cada escola cadastrada. Cruzaram-se os dados deste banco, com os do Censo Escolar. 1.944 entidades a mais constavam no Censo Escolar 2014 em relação aos referidos bancos do Governo do Estado de São Paulo. Essas

não puderam ser consideradas, de modo que 6.215 escolas foram georreferenciadas - número que não se limita às escolas de Ensino Fundamental, incluindo entidades que oferecem todas as etapas de ensino. A partir dos endereços, foram pesquisadas as latitudes e longitudes por meio dos *websites* Batch Geocode e Google Maps. O tratamento posterior foi feito utilizando-se o *software* QGIS.

No que se refere à classificação racial, o IBGE adota as seguintes categorias: Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena e Não declarada, para aqueles que desejam omitir a informação. Como a literatura sobre segregação permite envolver apenas dois grupos no modelo, vide o Índice de Dissimilaridade, foi adotada a seguinte regra: brancos e amarelos foram considerados pertencentes a um mesmo grupo: Brancos; pretos e pardos foram englobados em uma nova categoria: Negros; indígenas e não declarados foram eliminados da maioria das análises bicatégoricas.

Por meio da descrição dos dados e de modelos de Regressão Linear Múltipla, foi possível caracterizar e verificar a existência de correlações parciais entre a renda e hiato de renda entre brancos e negros, a segregação escolar, Ideb e a composição racial das áreas de ponderação.

### Resultados e Discussão:

Os negros são sobre-representados nos níveis de escolaridade mais baixos, enquanto brancos, no nível mais alto (ensino superior completo). Todavia, mesmo para um mesmo nível de escolaridade, a descrição dos dados demonstrou que há diferenças salariais entre os dois grupos, em detrimento dos negros, que aumenta para os níveis de escolaridade mais elevados. Isso pode decorrer da diferença da qualidade entre as instituições de ensino frequentadas por brancos e negros. Entretanto, para a rede pública, a diferença entre o Ideb médio ponderado para brancos e negros no Ensino Fundamental (EF) não se mostrou acentuada. Ainda, a inexistência de dados para a rede privada nesta etapa de ensino impossibilitou maiores investigações. Rede esta com cerca de 12% de negros, contra um percentual total de cerca de 34% de alunos negros de EF no município, e com Ideb superior ao da rede pública. Finalmente, o hiato de renda entre grupos raciais pode ser explicado pela segregação escolar, bem como pela composição racial da área de ponderação. Entretanto, o Ideb não parece estar relacionado com o hiato de renda. Testou-se também a relação entre a

segregação escolar total e as segregações parciais na rede pública e privada separadamente. Verificou-se que a segregação como um todo é explicada somente pela segregação da rede privada.

### **Conclusões:**

O hiato de renda mostrou estar relacionado a um fator anterior ao mercado de trabalho: a segregação escolar, sendo esta, por sua vez, notadamente relacionada à segregação da rede privada de Ensino Fundamental. A desigualdade de acesso à educação parece se manifestar não por meio da rede pública, mas por meio da desproporcional composição da rede privada, cujo alunato é predominantemente branco e cuja qualidade precisa ser explorada por meio de outras etapas de ensino, por conta da indisponibilidade de dados de qualidade da educação para a rede privada de Ensino Fundamental.

### **Referências bibliográficas**

ALTONJI, Joseph G.; BLANK, Rebecca M. Race and gender in the labor market In: ASHENFELTER, Od; CARD, D. (Ed.). Handbook of Labor Economics. Amsterdam: Elsevier, 1999, v. 3C, p. 3143-3259. (Handbooks in Economics, 5).

ANDRADE, Cibele Y. *Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social*. Ensino Superior. UNICAMP. Campinas. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>>. Último acesso em: 28 mar. 2015.

COATE, Stephen; LOURY, Glenn. Will affirmative-action policies eliminate negative stereotypes?. *American Economic Review*, Pittsburgh, PA: American Economic Association, v. 83, p. 1220-1240, 1993.

FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. O problema da discriminação racial: erro de mensuração e autodeclaração. In: 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2011, Caxambu. Anais 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2011.

\_\_\_\_\_. Os aspectos econômicos da discriminação racial no Brasil. São Paulo: 2011. Dissertação (Pós-graduação em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

LOURY, Glenn C. *The anatomy of racial inequality*. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 2002.

OSORIO, Rafael G. O sistema classificatório

de cor ou raça do IBGE. (Discussion Text No. 996). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. 1.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

TELLES, Edward E. Race in Another America: the significance of skin color in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 2005.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à Econometria: uma abordagem moderna. Cengage Learning, 2011.